

Crítica à teoria da dependência

João Marcelo Pereira Dalla Costa*

RESUMO

A “crítica à teoria da dependência” busca enfatizar inicialmente o contexto histórico sob o qual se formulou a teoria da dependência, mostrando a priori a teoria do desenvolvimento frente ao sucesso econômico inicial alcançado pela economia planificada soviética e os modelos de desenvolvimento econômico históricos seguidos pelos países semiperiféricos, notadamente os países latino-americanos. O trabalho também buscou mostrar a teoria da dependência como um conceito analítico desenvolvido por teóricos latino-americanos que buscam demonstrar a situação pela qual passam os países semiperiféricos e suas dificuldades em alcançar um determinado patamar de desenvolvimento. Ressalta-se o contexto em que se dão as diferenças entre as principais subdivisões existentes na teoria da dependência, explicando em quais aspectos diferenciam-se da teoria do desenvolvimento.

Palavras-chave: Teoria da dependência; Países latino-americanos; Teoria do desenvolvimento.

ANÁLISE HISTÓRICA

A partir do século XIX, a genialidade do homem moderno, cuja emancipação política deu-se através da construção de novos projetos humanísticos que buscavam preservar os direitos humanos e aumentar a interatividade entre as camadas sociais, promovendo maior equidade e desenvolvendo novas teorias em que pudessem ser estabelecidos conceitos pelos quais fosse garantida a institucionalização de um Estado de Direito, assim como o surgimento de concepções anticapitalistas, conduziu à busca de explicações teóricas para as sociedades modernas.

* Universidade Estácio de Sá – Faculdade de Relações Internacionais.

A teoria da dependência deriva da vontade dos cientistas sociais latino-americanos de explicar as novas características do desenvolvimento dependente. Portanto, pode-se dizer que as características principais da teoria da dependência derivam dos conceitos encontrados na teoria do desenvolvimento. Pode-se caracterizar a teoria do desenvolvimento latino-americana citando Bielschowsky (1988):

A teoria de desenvolvimento de Prebisch e da Cepal é uma análise do padrão de transformação que ocorre na “periferia” latino-americana. O processo é visto como singular, diferindo daquele que ocorreu na revolução industrial dos países desenvolvidos. Prebisch usa o método de exame das economias atrasadas, contrastando-o com o das avançadas. E não o faz, como foi o caso de muitos autores, apenas para descrever um processo ideal de transformação, mas para procurar identificar os problemas dos contextos das economias periféricas que obstaculizam sua transformação radical. O contraste com economias avançadas é, portanto, um expediente empregado para destacar as características especiais da industrialização em países subdesenvolvidos. (p. 18)

Portanto, a teoria do desenvolvimento surgiu dos processos de emancipação colonial na África e na Ásia, que criaram novos Estados nacionais soberanos de grande capacidade populacional, como China e Índia, no caso específico asiático. Também deve ser citada a relevância do pan-arabismo no Oriente Médio. A criação desses Estados nacionais conduziu a uma busca por progresso e ao aprofundamento das relações norte-sul no período pós-Segunda Guerra Mundial. No caso da América Latina, buscava-se nesse período uma maior independência econômica dos demais atores internacionais, pois a saturação do processo de desenvolvimento econômico alcançava um limite com a proposição baseada na divisão internacional do trabalho, que perdurava intrinsecamente na região desde sua independência política no século XIX. A teoria do desenvolvimento buscava auxílio em “mecanismos racionais aos quais se poderiam recorrer para o alcance de meios de desenvolvimento econômico, almejando uma maior produtividade, geração de poupança e a criação de investimentos” (Santos, 2000, p. 16). Através desses mecanismos estabelecidos pela teoria do desenvolvimento, seria possível a supressão dos ciclos depressivos, conduzindo as sociedades a uma constante prosperidade através da acumulação permanente de riquezas e premiando-as com conceitos¹ modernos, racionais e universalistas.

¹ Conceitos elaborados a partir das teorias do desenvolvimento e que serviram de modelo conceitual para a teoria da dependência, como o positivo formal, o normativo formal, o positivo substantivo e o normativo substantivo.

A concepção da teoria do desenvolvimento tomava um foco determinante-mente racional, objetivado em variáveis econômicas que poderiam ser alcançadas pelos Estados nacionais que se permitissem desenvolver essa teoria de ciências sociais, enquanto a insurreição revolucionária não podia aguardar pelo desenvolvimento racional que se daria nas etapas posteriores com consideráveis avanços sociais no campo capitalista, até culminar no Estado de bem-estar social (*Welfare State*). Essa propensão reacionária constituía indumentária sensível no processo evolutivo do sistema capitalista, desenvolvido pela camada social mais afetada pelo estabelecimento do capitalismo essencialmente liberal em suas primeiras etapas. O fomento de práticas revolucionárias já ganhara escopo com a publicação do **Manifesto Comunista** por Karl Marx, na segunda metade do século XIX, que anunciava o fim do regime capitalista e conclamava os cidadãos representantes das camadas inicialmente mais afetadas pelo modelo de produção capitalista a lutarem por maior equidade. A utopia marxista apresentou-se como opção aos mais radicais e aos que não poderiam esperar pelo desenvolvimento capitalista como meio de refutação ideológica daquele regime pouco a pouco conquistado pela sociedade.

A teoria do desenvolvimento, que não pode ser caracterizada por sua imutabilidade, teve de se submeter a um processo de ajuste de suas idéias em dois momentos históricos diferentes. Esses processos se evidenciaram principalmente quando o movimento revolucionário ganhou escopo entre os países recém-descolonizados e quando houve protestos estudantis, em 1968, contra o apogeu do sistema capitalista definido por sua materialização política, causando atritos exacerbados entre idéias.

O período pós-Segunda Guerra foi caracterizado essencialmente pela hegemonia dividida entre Estados Unidos da América e União Soviética, no contexto econômico, político e militar. Porém, para o Ocidente, a influência dos Estados Unidos no cenário econômico consolidou-se com os acordos de Bretton Woods, os quais caracterizaram a regulamentação do sistema financeiro mundial e abriram caminho para a exaltação do capital especulativo que se tornaria mola mestra dos problemas econômicos surgidos futuramente nos países ocidentais que buscavam se desenvolver. Todavia, a teoria do desenvolvimento não ficou fora do processo de amadurecimento econômico mundial, sendo por muitos concebida como ideal, mesmo nos dias atuais. O fim da Segunda Guerra proporcionou, paralelamente, o fim das pretensões imperiais japonesas e alemãs, assim como destruturou o Império Britânico, que se viu impossibilitado de arcar com os custos de manter sob sua égide império tão vasto. Concomitantemente, a crença em

uma superioridade racial e os processos nacionalistas mostraram-se infundados e sem respaldo internacional. Por outro lado, com o fim da guerra, a União Soviética se mostrou como contraponto da teoria do desenvolvimento, pois propunha que a utilização de um Estado reacionário, com uma economia centralmente planejada e uma rede burocrática bem estruturada, era fundamental para o desenvolvimento doutrinário marxista, segundo o qual o capitalismo deveria ser suplantado por um Estado comunista. O estabelecimento desse Estado, todavia, deu-se de maneira improvisada e sem bases econômicas concretas, mas o sucesso militar na frente oriental no final da Segunda Guerra Mundial proporcionou aos Estados uma maior influência da doutrina reacionária soviética, que também desenvolveu políticas de contenção, com a incorporação dos Estados libertados, como Polônia, Hungria e Iugoslávia, formando assim uma “cortina de ferro” embasada no Pacto de Varsóvia. Esta buscava afirmar a doutrina comunista como inexorável e tentava barrar o desenvolvimento do capitalismo para o leste europeu. O modelo de Estado revolucionário também foi adotado pela China, o que causou certo impacto no que se refere ao estabelecimento das teorias do desenvolvimento no leste asiático.

Contudo, a teoria do desenvolvimento consagra a modernidade, com a revolução industrial e a civilização ocidental como paradigmas de desenvolvimento a serem seguidos pelos Estados nacionais que desejam alcançar o crescimento econômico e ganhar escopo no cenário internacional. Para tanto, seria necessária a interação das forças econômicas e sociais com a plena utilização do *homo economicus*, caracterizado pelo indivíduo racional-utilitário, expressão da essência da natureza humana. A modernidade ocidental deveria ser consagrada como um fenômeno universal, ao alcance de todos, sem a necessidade de estabelecimento de mecanismos de exclusão ou, ainda, de um Estado revolucionário. A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir instrumentos de intervenção, porém tendo sempre como meta sociopolítica os países desenvolvidos ocidentais. Todavia, a busca de métodos teóricos para elevar as sociedades tradicionais, não racionais e de valores comunitários limitados rumo a sociedades desenvolvidas foi o objetivo de muitos autores que trataram da teoria do desenvolvimento. O modelo teórico de W. W. Rostov (1961), no qual se torna indispensável a atuação de um Estado forte para que seja levado a sério o processo de desenvolvimento, sugere-nos um Estado reacionário, em que o poder tenha sido tomado à força por uma camada específica da população e entregue a uma burocracia estatal centralizadora. Porém, esse fato, que se tornou objeto de estudo mais aprofundado posteriormente ao sucesso soviético no planeja-

mento estatal centralizado, também adotado pela China maoísta e pelo Estado revolucionário mexicano, sempre foi negado nas obras sobre a teoria do desenvolvimento. Rostov também apregoa que toda sociedade pré-capitalista é inerentemente tradicional. Entra, ainda, no âmbito do estudo dos ciclos longos de Kondratiev.²

O ESTADO REACIONÁRIO SOVIÉTICO

O sucesso obtido, mesmo com um Estado reacionário, remete-nos novamente a Marx, para quem a modernidade se identificava somente com a revolução democrático-burguesa, relegando a massa proletária a segundo plano. Esta, porém, não seria, como para os teóricos liberais, a sociedade definitiva, mas um determinado estado de desenvolvimento global.

Como explicar, segundo a teoria do desenvolvimento, o sucesso da Revolução Russa e do Estado Soviético? Primeiramente, cabe lembrar que a sociedade russa à época da revolução não tinha alcançado um amadurecimento do ideário burguês nem da modernização do processo produtivo, o que deixava a massa proletária russa muito mais insatisfeita com o regime capitalista incipientemente implantado do que a população do resto da Europa. A burguesia russa não possuía estrutura para obter o respaldo social no processo de transição do modelo,³ nem teve a habilidade de proteger suas indústrias da concorrência direta com as outras potências européias mais desenvolvidas, causando mais estragos na classe social menos favorecida. Além disso, a Rússia vinha de um malogrado processo de inserção militar durante a Primeira Guerra Mundial, pois a incipiente classe burguesa não possuía assentamento suficiente na nobreza para promover a neutralidade, o que favoreceria o crescimento industrial. Esse conturbado cenário ocasionou insustentabilidade social para o regime e a modernização proposta pela clas-

² Alguns trabalhos sobre os ciclos da economia mundial são abordados por Braudel, Wallenstein e Arrighi. Nesse caso, refiro-me especificamente aos ciclos longos de Kondratiev (50 a 60 anos), que diferem das abordagens cíclicas inseridas na teoria do sistema-mundo.

³ Processo implantado nos demais países europeus industrializados, como a França, que conseguiu vincular os desejos burgueses de maior liberalização e modernidade com os objetivos proletários, tomando medidas rígidas mas necessárias à fomentação do incipiente regime capitalista e obtendo respaldo, mesmo que restrito, nas classes menos favorecidas. Devido ao acerto inicial entre burguesia e proletários, o capitalismo pôde sobreviver em França mesmo em épocas em que os interesses burgueses iam diretamente de encontro aos dos trabalhadores, como no caso da greve geral das minas de carvão, quando, apesar da gravidade da situação, a burguesia teve a habilidade e a capacidade política de dialogar com os grevistas e resolver o problema pacificamente.

se burguesa não encontrou respaldo na classe proletária, que vinha sendo exageradamente extorquida pelo poder autoritário czarista e sofria as conseqüências do início do processo industrial, que demandava grande ônus da sociedade e principalmente do trabalhador. A conjuntura estava formada para o rompimento com o regime e o ideário marxista serviu como base para fomentar, entre a classe menos favorecida, um possível caminho menos oneroso em direção ao desenvolvimento e à prosperidade. Daí a instauração do regime socialista, que destruiu a burguesia e o capital privado, centralizando nas mãos do Estado “proletário” a responsabilidade pela modernidade e continuação da industrialização do país. Esse fato foi posteriormente refutado pela teoria do desenvolvimento, surgida durante a discussão desenvolvimentista das décadas de 30-45, para a qual não seria necessária a criação de um Estado reacionário para se promover a modernidade. Isso poderia ser realizado por um Estado democrático, apesar de Rostov afirmar que o sucesso na implantação efetiva da teoria do desenvolvimento deveria ser obtido a partir da constituição de um Estado forte, porém não necessariamente não democrático.

Tomando como foco os Estados nacionais formados a partir do final da Segunda Guerra Mundial (Ásia e África), o movimento socialista propagado pelos partidos comunistas nas diversas regiões do globo buscava instaurar a modernidade nos moldes da revolução russa, mas a consolidação de um contexto propício devia passar pela instauração de um Estado democrático. Durante a expansão do ideário soviético no período pós-Segunda Guerra Mundial,⁴ esses partidos buscavam desenvolver, a partir das democracias populares instauradas no poder, métodos para a modernização desses Estados, que muitas vezes não possuíam ainda uma burguesia formada e um parque industrial estabelecido.

Tendo em vista o expansionismo do ideário soviético, percebe-se que a política econômica implantada por Stálin suprimia a dialética marxista de origem hegeliana, aproximando-se mais da corrente marxista positivista.⁵ O regime a ser seguido pelos partidos comunistas entre os povos recém-descolonizados consistia em promover um desenvolvimento econômico sustentado na industrialização de base e somente posteriormente fomentar a indústria de bens de consumo. Promoviam também o regime de partido único que pudesse guiar o Estado reacionário. A reforma agrária, a distribuição mais igualitária da renda nacional e maiores es-

⁴ Essa primeira expansão da doutrina soviética tomou forma nos países da América Latina e no sul da Ásia. Todavia, a expansão do pensamento soviético ganhou ainda mais força após a descolonização dos países africanos.

⁵ Aqui faço referência ao trabalho de Theotônio dos Santos (2000, p. 47).

forços em torno das reivindicações trabalhistas também faziam parte do receituário. O que se pretendia era instaurar uma revolução burguesa capaz de colocar em prática o estado de industrialização e, paradoxalmente, embutir o objetivo socialista no processo revolucionário através dos partidos comunistas locais, geridos a partir do centralismo stalinista. Esse plano de ação mostrou-se eficiente quando observados os casos da China, Cuba e Vietnã, porém, na maioria das vezes, apresentou diversas falhas, o que reverteu a ordem do pensamento stalinista.

O CASO BRASILEIRO

No caso brasileiro, havia um nacionalismo com inclinações socialistas, seguindo o modelo das esquerdas da social-democracia européia. À direita do desenvolvimentismo, havia o neoliberalismo, apoiado principalmente por Gudin e Bulhões. O movimento nacional-socialista apregoava, segundo uma política desenvolvimentista, o estabelecimento de bases industriais para posteriormente promover a mudança de sistema, utilizando instrumentos políticos pacíficos. À esquerda destes, havia os socialistas radicais, cuja reflexão econômica se dava a partir da perspectiva de um estado revolucionário brasileiro. Estes defendiam a intervenção estatal como via de desenvolvimento das forças produtivas, investimentos estatais em determinados setores da economia e o controle do fluxo de capital externo. Contudo, o pensamento econômico dos socialistas radicais se dava em torno da perspectiva revolucionária definida segundo os moldes do stalinismo soviético. Cada ação ou atitude tomada por estes se apresentava como ponto de discussão tendo em vista uma etapa de transição para o comunismo. O estado revolucionário promovido pelos socialistas brasileiros tinha como matriz teórica o materialismo histórico marxista, pensamento em cujo cerne residia a luta de classes. A concentração dos teóricos socialistas nesse ponto intransigente pelo qual passava todo o seu repertório dialético impediu-os de promover um maior aprofundamento das teorias estabelecidas,⁶ o que, ao contrário dos estruturalistas, deixou-os sem grande referência quando o projeto teórico stalinista se provou infundado.

⁶ A incapacidade analítica de desenvolver um estudo mais aprofundado levou os teóricos brasileiros, assim como seus colegas latino-americanos, a perderem a chance de colocar em pauta o estudo sobre a deterioração dos termos de troca sob a ótica marxista da teoria do valor, posteriormente desenvolvido por Arguiri Emmanuel.

O projeto socialista brasileiro não se respaldava em análises conjunturais centradas na economia brasileira, tanto que o seu maior autor, Caio Prado Jr., não contextualizava seus textos na perspectiva prática funcional da economia brasileira, mas fundamentava o seu trabalho em simples material didático sem real plausibilidade empírica. Os conceitos marxistas de mais-valia e de concentração e centralização de capitais não foram aproveitados para adaptação à realidade brasileira nem mesmo quando isso poderia ser plausível, como no início dos anos 60, quando somente o economista Ignácio Rangel, que não pertencia à corrente socialista propriamente dita, caracterizou a situação como “crise de realização”. A identificação do socialismo brasileiro baseado no monopólio e no imperialismo se dava no âmbito do método do “materialismo histórico” e não do pensamento econômico marxista propriamente dito.⁷ O processo revolucionário que o país vivia não foi bem compreendido pelos socialistas, que buscavam um alinhamento com o pensamento stalinista. Todavia, para os socialistas brasileiros, era inexorável a idéia da etapa de relações de produção burguesas como ponto de partida para a transição em direção ao socialismo. Isso explica a aceitação do modelo capitalista vigente, que almejava a conquista da “etapa burguesa” para se concretizar e se modernizar. O problema da aceitação do modelo capitalista burguês, mesmo analisado como premissa para o estado socialista, mostrava a dificuldade do pensamento socialista brasileiro de lidar com o materialismo histórico.

O que realmente importava para os socialistas era aprioristicamente a superação das relações feudais no campo e das relações imperialistas neocoloniais exercidas pelos países centrais em detrimento dos países integrantes da periferia. O mecanismo de Estado forte e intervenção estatal era idealizado pelos socialistas como bandeira antiimperialista, mesmo inserido no contexto de um Estado capitalista burguês. Dava também especial atenção aos regimes sociais. O país, porém, passava da etapa de superação da economia primário-exportadora para a etapa de subdesenvolvimento industrializado, e o que destoava no pensamento socialista era que, segundo suas teorizações, o processo de transição era fundamental para a implantação do modelo socialista,⁸ e que seria necessária a eliminação de dois entraves contraídos no período anterior, o monopólio da terra (variável endó-

⁷ Tendo em vista que o conflito de classes promovido pela insatisfação social com a falta de perspectiva desenvolvimentista, aliado a uma política externa soviética de pressão para a utilização do materialismo histórico na implantação do regime socialista, tinha preponderância sobre os fatores *ad hoc* da economia brasileira.

⁸ O que o partido comunista brasileiro e seus agregados estavam fazendo não era senão seguir o modelo propagado pelo partido soviético emoldurado na doutrina stalinista.

gena) e o imperialismo (variável exógena). Assim, os principais focos de atenção do ideário socialista brasileiro estavam divididos entre a reforma agrária no plano interno e a luta contra o imperialismo, que seria o “bode expiatório” da sobrecarga imposta aos trabalhadores brasileiros, que resultava em condições insalubres e na lentidão com que era posto em prática o desenvolvimento industrial.

ASSERÇÕES ACERCA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A teoria da dependência surgiu em meados da década de 1960, concebida como um modelo teórico essencialmente latino-americano, embasado pelas teorias desenvolvimentistas já em discussão desde a década de 1930 para a análise do modelo latino como meio de alcançar estruturas industriais mais desenvolvidas, a partir da compreensão dos limites encontrados por esses países, cujos laços imperialistas em comum os atavam a grupos econômicos de grande poder hegemônico. A teoria da dependência surgiu dos esforços de compreensão das teorias do desenvolvimento por grandes nomes do pensamento social latino-americano.⁹ A dicotomia existente entre os diversos tipos de pensamento e as diferentes correntes professadas por esses intelectuais era subdividida em neomarxistas, marxistas, reformistas e não marxistas, que se ramificavam dentro da própria teoria da dependência e buscavam embasamento na teoria do desenvolvimento. As duas correntes mais relevantes para o presente trabalho são a corrente neomarxista e a marxista. Da corrente neomarxista, caracterizada pela obra **Latin American theories of development and underdevelopment** (1989), de Kay, fazem parte, segundo estudo realizado por André Gunder Frank (1991), nomes expressivos da teoria da dependência, como o próprio Frank, Marini, Dos Santos, Bamberger e outros. Entre os que professam a corrente marxista, caracterizada pela obra **Development theory and the three worlds** (1990), de Hettne, destacam-se, novamente, Frank, Santos e Bamberger, entre outros.¹⁰ Os neomarxistas buscavam respostas através de um questionamento que envolvia o esquema de expropriação internacional vigente, enquanto aos marxistas cabia a tarefa de adaptar o materialismo histórico à realidade brasileira, fazendo com que as teorias absorvidas no exterior servissem de base para o desenvolvimento de um campo teórico próprio, com um

⁹ Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Vânia Bamberger, André Gunder Frank, entre outros.

¹⁰ Contrapondo as duas correntes, podemos verificar as suas similitudes mesmo nos nomes que delas participam.

realce mais realista.

Os teóricos da dependência caracterizavam e identificavam as diferenças e semelhanças entre as formas socioeconômicas que serviram de transição para o capitalismo. A revolução burguesa era tida como característica fundamental para a transição ao sistema capitalista de produção em todos os modelos. Era necessário que, a partir do processo estabelecido pelo Estado burguês, a industrialização pudesse ocorrer. O caso brasileiro foi estudado por esses teóricos, que identificavam as suas características de desenvolvimento estatal forçado, o que, porém, não deixava de fugir ao paradigma identificado como próprio do processo de industrialização. Todavia, alguns estudos mostravam que a burguesia da América Latina possuía pouco conhecimento da realidade política da região, o que era em parte causado por sua pequena presença junto às instituições de poder político, pois essa burguesia não percorreu os caminhos tradicionais de ascensão ao modelo industrial, sendo originada do Estado e não em direção ao Estado. Acompanhavam a dificuldade burguesa também a debilidade técnica e o pouco interesse em se opor aos interesses do capital nacional desenvolvido pelo Estado. Gerada a partir do Estado, a burguesia não conseguia propagar sua postura industrial contra os interesses intervencionistas estatais.

Com o final do ciclo depressivo (1914-1945), propagou-se o capitalismo dos Estados Unidos, como modelo a ser seguido pelos países em desenvolvimento. Alicerçado nos Tratados de Bretton Woods, o capital partia dos Estados Unidos em direção aos diferentes portos do planeta (que o absorviam veementemente), integrando agora a economia internacional e destinado ao desenvolvimento industrial. Embalados pela revolução técnico-científica e tendo como estandarte a política industrial do fordismo, os capitais provenientes dos Estados Unidos buscavam inversões no campo industrial com o objetivo de financiar o novo ciclo expansivo. Os capitais que aportaram nos países dependentes serviram de base para a união entre o capital internacional e o capital privado local. Instituíam-se assim as grandes empresas multinacionais, que alavancariam o processo industrial e estariam aliadas ao capital nacional, gerando desenvolvimento e modernização nos países dependentes. Com base nesse ponto de vista, os teóricos colocavam em questão a teoria de que o desenvolvimento gerava subdesenvolvimento e que os Estados nacionais pouco desenvolvidos estariam entrando em um processo de subdesenvolvimento dependente. Para muitos autores, isso era apenas uma desculpa para explicar o fracasso econômico desses Estados (Santos, 2000, p. 45), pois entravam na era industrial com o auxílio do capital internacional que inundava os seus mercados e o capitalismo se desenvolvia de maneira mais acelerada e

com maiores chances de sucesso com a adoção da política que visava a colocar o capital privado nacional como parceiro do capital internacional respaldado pelo Estado.

A teoria da dependência, por sua vez, defende que o subdesenvolvimento está intimamente conectado ao desenvolvimento dos países industrializados centrais e às suas relações com os países periféricos. Portanto, que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento fazem parte do sistema capitalista, que não admite eqüidade, e que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como parte de um sistema evolutivo do capitalismo industrial.

Relembrando o citado anteriormente, havia uma diferença entre as teorias e cabe agora destacar a posição dos estruturalistas cepalinos,¹¹ que buscavam os limites de um desenvolvimento nacional autônomo. Além dessa corrente, elaborada por Blomström e Hettne, outras quatro correntes da teoria da dependência, constituídas de reformistas, não marxistas, marxistas e neomarxistas, foram identificadas por André Gunder Frank em seu trabalho de 1991.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Segundo algumas correntes da teoria da dependência,¹² o capitalismo na América Latina é fruto do expansionismo comercial europeu no século XVI. A América Latina teria sido constituída a partir de um modelo para atender às demandas do capital mercantilista europeu. A caracterização das economias coloniais como feudais levava à interpretação de que era sumariamente necessária a realização da revolução burguesa para que o desenvolvimento capitalista fosse deflagrado. O chamado "conceito de feudalismo" desenvolvido pela teoria reafirmava a proposta de que a propagação dos ideais burgueses através de uma revolução era necessária para o processo de modernização capitalista. Porém, para alguns desses teóricos, como André Gunder Frank, a revolução socialista cubana de 1962 constituiu um marco em que repousava a idéia de que não seria preciso passar por uma revolução burguesa para se alcançar um Estado socialista. Todavia, esse modelo mostrou-se estático demais para ser levado a um debate mais aprofundado, pois ignorava as relações de produção assalariada como aspecto fun-

¹¹ Entre os estruturalistas da Cepal podemos citar Oswaldo Sunkel, Celso Furtado, Raúl Presbish e Fernando Henrique Cardoso. Seguindo a lista da corrente estruturalista, citamos Paz, Pinto, Tavares, Jaguaribe, Ferrer, Faletto.

¹² Dentre elas destaca-se o trabalho de Frank, *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, 1980.

damental de desenvolvimento capitalista. A crítica de Frank e a sua defesa analítica do sistema colonial como um sistema de expropriação de excedentes econômicos fizeram rever a proposição de que a América Latina devia ser vista como um recôndito feudal. A América Latina foi colonizada pelo capital mercantil e desenvolvida para fomentar esse modelo de acumulação. As relações inicialmente consideradas feudais pelos teóricos são parte de uma tarefa muito maior. Enfim, essas características não passavam de meios para se obter o lucro capitalista, que geraria mais inversões baseadas no capital mercantil. Essa acepção de modelo de produção então vigente era o que Marx chamou de modelo de acumulação primitiva, que ele considerava passo fundamental para a implantação do modelo industrial de produção capitalista. O debate acerca dessas proposições gerou um questionamento mais intenso sobre a burguesia nacional e sobre até que ponto ela estaria pronta para a realização da revolução nacional democrática. Ponderava-se, todavia, que o capitalismo nacional ainda era muito dependente do capital imperialista, que se mostrava preponderante no progresso interno desde a época colonial, refletido no capital mercantil.

Durante os anos de 1930, lançou-se um debate que envolveu a incipiente classe industrial brasileira, baseada na Federação Nacional da Indústria, que defendia um projeto de desenvolvimento de cunho nacionalista e, todavia, apoiava o governo democrático de Getúlio Vargas. Os teóricos analisavam o leque de teorias liberais como maneira de justificar e incitar o desenvolvimento da nação. Foram buscados os limites estruturais que barravam o desenvolvimento do maquinário industrial brasileiro,¹³ diante da expansão das empresas multinacionais que possuíam vantagens tecnológicas. A indústria nacional necessitava de um apoio mais expressivo do Estado, que, apesar de lhe fazer concessões, não lhe oferecia proteção suficiente. Um dos mais expressivos industriais da época, Roberto Simonsen, destacava a importância do protecionismo para o desenvolvimento da indústria e afirmava o seu conteúdo nacionalista, que deveria ser observado pelo governo. Todavia, a retirada dramática de Getúlio Vargas do poder pôs fim às aspirações nacionalistas embutidas no seio da indústria brasileira. Com a eleição de Juscelino Kubitschek para presidente da república, o capital internacional foi incentivado a aportar no Brasil e aqui desenvolver-se, de preferência coligado com o capital nacional. Foram realizadas a integração, em grau elevado, e a construção de um parque industrial de crescentes proporções. O crescimento obtido no pe-

¹³ Faz-se referência à política getulista de fomento à instalação de indústrias produtoras de bens de capital, para que se pudesse produzir no país as máquinas necessárias ao desenvolvimento nacional.

ríodo de 1955-1960 levou os desenvolvimentistas a argumentarem a possibilidade de uma maior expansão industrial, tendo em vista que o caso brasileiro era o mais bem-sucedido da América Latina, com a criação de um maior mercado interno para os produtos recém-inseridos na economia. Porém, esse processo exigia um esforço da elite brasileira para a realização da reforma agrária e a geração de técnicos e pessoal especializado que soubessem lidar com o novo paradigma tecnológico.

A agitação política e social tomava conta do país, quando os setores mais conservadores da indústria tomaram a atitude de romper com o regime desenvolvimentista alicerçado no avanço nacional democrático e instaurar um governo militar apoiado no alinhamento automático com os interesses dos Estados Unidos. O golpe de 1964 continuou a política de aliança com o capital internacional, mas houve uma grande preocupação em fomentar uma indústria de base gerada com os investimentos governamentais. Junto com ela surge também a classe dos tecnocratas ou burguesia de Estado.¹⁴ O estabelecimento de um governo de direita e militar, que buscava um alinhamento automático no plano externo, e que no plano interno contava com a aliança do capital internacional para desenvolver o complexo industrial brasileiro, colocou o país na linha do capitalismo de desenvolvimento dependente. Nesse contexto, os teóricos da dependência, em especial Fernando Henrique Cardoso, desenvolveram a tese da aliança do processo de desenvolvimento dependente com a democracia representativa. A chamada burguesia de Estado, ou tecnocracia estatal, aliada ao corporativismo, sustentava o Estado autoritário e comprometia o poder de barganha que a indústria brasileira poderia ter nas relações internacionais, além de rechaçar a possibilidade de uma nova aliança em torno do desenvolvimento dependente e do Estado democrático, ao qual a teoria objetivava retornar. As teorias elaboradas por esses pensadores ganharam corpo internacionalmente, levando à convergência das políticas de centro-direita com algumas adesões da esquerda populista na década de 1980, o que fez surgir, em diversos países da região (México, Argentina, Peru, Venezuela, Bolívia e Brasil), uma política econômica voltada para a estabilidade monetária e um equilíbrio macroeconômico que pudesse sustentar as políticas de investimentos estatais.

O respaldo econômico veio em forma de movimentos de capital financeiro, embasados no estabelecimento de moedas fortes, estabilidade monetária e redu-

¹⁴ A chamada "burguesia de Estado" constituiu-se de pessoas nomeadas pelo governo para dirigir as empresas estatais recém-criadas. Seus interesses pessoais eram respaldados pelo Estado em detrimento do cumprimento do programa desenvolvimentista nacional.

ção das taxas de inflação, além de estabilidade fiscal gerada com a privatização e grandes emissões de bônus de curto prazo com o objetivo de saldar os balanços de pagamentos. Todavia, a dívida externa pesou por demais no balanço econômico latino-americano, fazendo com que a maioria dos países do continente se declarasse incapaz de saldar seus débitos com os credores, estabelecendo-se assim uma política de *default*, que se espalhou pelo continente no início dos anos 1980. O continente vinha sobrecarregado com o déficit socioeconômico e necessitava de uma nova política de ajuste para saldar seus compromissos financeiros. Isso comprovava o caráter dependente da economia que se aliava ao modelo liberal democrático para obter sustentação. Contudo, o modelo liberal democrático se desenvolve num contexto de políticas econômicas voltadas para a contenção de gastos e o equilíbrio fiscal, a abertura externa e a movimentação do mercado financeiro, o que pode provocar resistência nas camadas proletárias. A teoria da dependência ressalta o caráter excludente do modelo liberal democrático num cenário de desenvolvimento dependente, devido ao processo de privatização e à aliança com o capital internacional, que levam ao aumento da concentração de renda e da desigualdade social.

A revolução técnico-científica levou as economias mundiais a um processo de reconversão industrial, com o aumento dos bens industrializados exportados pelos países semiperiféricos e a especialização dos países centrais em geradores de tecnologia de ponta, desenvolvendo o setor terciário. A isso poderia seguir-se uma nova divisão internacional do trabalho entre países centrais e semiperiféricos. Os países periféricos estariam excluídos dessa nova divisão internacional do trabalho. Porém, esse processo não garante a inserção dos países semiperiféricos no grupo dos países centrais, pois a revolução pós-industrial fez aumentar os índices de desemprego, não proporcionando aos países semiperiféricos o desenvolvimento social¹⁵ esperado de uma nação industrial, o que complementa a falta de inversões em pesquisa e desenvolvimento suficientemente para fazer surgir ganhos de produtividade permitidos pelo aprimoramento da tecnologia e dos recursos existentes. Contudo, não se pode negligenciar a relevância do novo sistema internacional advindo com a globalização para os países latino-americanos. O desenvolvimento industrial desses países tem sido compassado com o grau de inversões aí realizadas pelo capital internacional, porém o contexto social ainda deixa muito a desejar nesses países. A falta de investimento nas indústrias de base é outro fato

¹⁵ O desenvolvimento social funciona como fomentador do desenvolvimento econômico, pois, com melhores condições de vida proporcionadas pelo Estado, o proletário estaria apto a maiores ganhos de produtividade e qualificação.

relevante que prejudica a modernização do complexo industrial dos países latino-americanos, principalmente do Brasil.

A PREOCUPAÇÃO MONETARISTA

O cenário econômico advindo da crise da dívida externa caracteriza-se pela elevação das taxas de juros internas para fazer rolar a dívida pública interna, que imobiliza o Estado liberal. Este se vê diante da perspectiva de valorização de sua moeda nacional, o que acaba causando déficits comerciais. Com tais déficits, o Estado não consegue saldar o seu balanço de pagamentos sem recorrer ao capital internacional. O capital internacional produtivo, devido ao seu alto teor preconceitual, ou seja, à sua predileção em aportar seus recursos em países com um histórico econômico bem classificado pelas agências de riscos internacionais, demanda que a conjuntura econômica do Estado esteja em perfeito funcionamento para entrar em seu território. Quando os governos não conseguem atrair esses capitais produtivos por meio de *road shows*¹⁶ ou incentivos fiscais e tributários suficientemente atraentes, ficam na dependência do capital internacional especulativo, que também demanda altas taxas de juros para entrar no país e cujo caráter especulativo não garante a sua permanência em território nacional por muito tempo, tendo em vista que em uma política (neo)liberal não se pode impor medidas restritivas à movimentação desses capitais, o que deixa o governo atado à política monetarista para o desenvolvimento econômico.

O excesso de preocupação governamental com os processos monetaristas faz com que se deixem de lado as políticas sociais de bem-estar e não se dê atenção ao crescente déficit previdenciário, pois o desenvolvimento da nação faz elevar as taxas de longevidade, o que onera cada vez mais o já sobrecarregado sistema de previdência social. Porém, essa falta de preocupação com as políticas de bem-estar social não deixa de fazer aumentar cada vez mais o déficit público, causando uma grande dívida pública, que eleva as taxas de juros internas para fazer com que essa dívida possa ser financiada e que, paradoxalmente, inibe novas inversões do capital nacional, propagando um cenário não muito positivo.

¹⁶ São apresentações do que vem sendo feito na área econômica do país, assim como “previsões” dos possíveis cenários a serem encarados pelo país e como esses eventos podem afetar os programas macroeconômicos.

O FRACASSO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

O legado da teoria da dependência teria se mostrado finito de acordo com as concepções de teóricos como Fernando Henrique Cardoso, quando assumem essa teoria e o desenvolvimento dependente como variáveis imutáveis, sendo necessária a nossa habitual convivência com esses aspectos.

O contexto de imutabilidade intrínseco no pensamento de alguns teóricos da dependência¹⁷ relega essa teoria ao plano das teorias não adaptáveis aos novos processos mundiais, restritas ao modelo de desenvolvimento latino-americano. O que se faz relevante no contexto econômico mundial é definitivamente a proposta técnico-científica que alguns Estados nacionais estão implementando em seus países, promovendo novas técnicas pelas quais toda a economia possa se mover em direção à modernização, o que se mostra mais importante até mesmo que o próprio desenvolvimento industrial em si. Essa nova fase do capitalismo demanda que os Estados estejam dispostos a adotar políticas liberais, porém sem se deixar levar por seu discurso, que relega a esfera social a segundo plano e privilegia a monetarista como princípio regente da política macroeconômica. O que realmente movimenta a nação são as pessoas que dela fazem parte, e são essas pessoas que farão o desenvolvimento nacional.

O caso observado no leste asiático nos mostra com clareza que o processo proposto pela teoria da dependência pode ser contestado com o desenvolvimento técnico-científico. Durante a década de 1970,¹⁸ a exemplo dos países latino-americanos, os países do leste asiático não contraíram uma grande dívida externa, pois, não tendo que se preocupar com o crescente déficit público, puderam concentrar-se na reforma agrária e no desenvolvimento social para atingir níveis industriais e de mão-de-obra competitivos o suficiente para propor o desenvolvimento de indústrias que necessitariam de mão-de-obra qualificada para os seus produtos. O assentamento social proposto pelos países do leste asiático contribuiu para a instalação de indústrias de aparato técnico-científico em seus territórios. O capital internacional das indústrias de tecnologia advindas principalmente dos Estados Unidos e do Japão contribuiu para alavancar o processo tecnológico industrial desses países, fazendo-os desenvolver sua própria indústria de tecnologia de ponta. Com o desenvolvimento das chamadas indústrias de conexão que se

¹⁷ Como no exemplo citado do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, que defende a imutabilidade da posição de dependência.

¹⁸ Estamos relevando aqui, para não nos estendermos demasiadamente, as influências observadas na região no período da Guerra Fria.

estabeleceram no leste asiático, foi possível aumentar a capacidade dos seus mercados internos e, paralelamente, elevar os níveis sociais dos países, promovendo maior qualidade da mão-de-obra local e desenvolvendo a infra-estrutura necessária para a instalação das indústrias de tecnologia internacionais e o fomento do processo de geração de indústrias de tecnologias nacionais.

A burguesia asiática possui uma característica patrimonial e patrilinear¹⁹ que identifica suas indústrias. Baseadas nas *keiratsu*²⁰ e *zaibatsu*²¹ japonesas, possuem grande capacidade inversionista. Porém, o que identifica a tentativa de rompimento com o processo de dependência nessa região é o fator cultural intrínseco, pois a educação é o valor central para a ascensão social e o aperfeiçoamento pessoal, e as obrigações e qualidades definidas para cada trabalhador são honradas e punidas com o fracasso. Embora possa parecer um tanto vaga, essa similitude cultural característica dos países asiáticos é o fator diferencial dessa região, onde os direitos de família prevalecem sobre os de propriedade, o que não os deixa em condições menos capitalistas que o Ocidente.

Muito embora a organização cultural deva ser evidentemente considerada como um fator preponderante para explicar a derrocada dos preceitos da teoria da dependência nessa região, a característica de geração de poupança interna é também muito considerada, pois a cultura dos países asiáticos não é tão consumista como a do Ocidente, sendo perfeitamente realizável o estímulo à formação de poupança interna voluntária, fomentadora de crédito abundante a taxas de juros módicas. O papel do Estado também possui alguma relevância para explicar a derrocada da teoria da dependência, pois, nos países do leste asiático, o Estado sempre ocupou um lugar na sociedade civil, submetendo as elites industriais a seu jugo benevolente ou repressor,²² a exemplo do MITI²³ japonês. No leste asi-

¹⁹ Referente à sucessão por linha paterna, hereditária. Tendo em vista que a cultura asiática sempre relegou a mulher a segundo plano, o processo de desenvolvimento econômico dessa região deveu-se exclusivamente aos homens.

²⁰ Redes industriais verticais construídas em torno de uma grande empresa industrial, formando um conglomerado coordenado por uma *holding*, o que dificulta a entrada de novas concorrentes, já que, para entrar em um mercado formado por uma empresa soberana que controla a maioria dos seus fornecedores, necessita-se de um grande número de inversões. Assim, através dessa “verticalização” da sociedade industrial é possível promover um maior desenvolvimento da indústria nacional.

²¹ Estruturas industriais familiares japonesas formadas por clãs.

²² Essa característica impediu que as indústrias nacionais formassem vínculos com o capital internacional, fortalecendo a indústria nacional. Seria uma espécie de protecionismo em que o Estado decidiria quais indústrias em quais setores poderiam receber limitados investimentos internacionais.

²³ Ministério do Comércio Internacional e Indústria.

ático, o Estado admitiu uma postura societal,²⁴ afirmando a identidade e a cultura nacionais, construindo ou reconstruindo a nação como uma força internacional, inserindo a nação em um ambiente econômico extremamente competitivo e simultaneamente oferecendo condições socioeconômicas para o estabelecimento dessa competitividade internacional. Para os Estados do leste asiático, o desenvolvimento econômico não é um fim, mas um meio para se alcançar maior independência sociocultural e superar a destruição material através da implementação de um Estado de cunho nacionalista.²⁵ Tomemos o caso do Estado coreano: inicialmente implantado o estado nacionalista, o governo promoveu o fechamento unilateral de seu mercado interno à concorrência externa e implantou uma política industrial, a exemplo da América Latina, de substituição de importações. Porém, após estabelecido o modelo industrial, o processo não permaneceu estático, houve um grande interesse em focar as atenções da política industrial na exportação, através do aumento da competitividade, pelo qual as indústrias faziam uso intensivo e progressivo de capital e tecnologia. A política industrial era definida em planos de cinco anos, sempre tendo como referência as *zaibatsus* japonesas, e o governo controlava todo o sistema bancário coreano, assim como as licenças de importação e exportação. As concessões creditícias eram dadas somente às empresas principais da cadeia vertical de conglomerados, as chamadas *chaebol*. A forte intervenção estatal no sistema financeiro não foi realizada somente na Coreia, mas na maioria dos países do leste asiático. Os órgãos de contestação populares também eram controlados pelo governo, assim como os sindicatos de classe, o que dava mais mobilidade e agilidade à definição dos planos industriais e evitava infiltrações comunistas.

Dentre os fatores que levaram os países asiáticos a mostrar que é possível a superação do subdesenvolvimento dependente, rompendo-se, assim, com alguns preceitos da teoria da dependência, destacam-se: a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, embasada por fortes preceitos culturais que respaldavam a sua eficiência e estimulavam a sua utilização, a propensão ao trabalho duro e disciplinado, a rápida absorção dos novos processos produtivos, tecnológicos, administrativos e gerenciais, o conturbado período e a posição geopolítica desses países, que lhes davam maiores trunfos na hora de negociar concessões acerca da transferência de capital e tecnologia para seus territórios, a proximidade geográfica e

²⁴ Estado baseado na legitimidade, que organiza suas políticas econômicas em função da sociedade civil e em nome dela exerce o poder coercitivo legítimo para fundamentá-lo. O projeto societal, definido pelo Estado nacional e por este conduzido em função das necessidades históricas da sociedade, coloca o Estado na vanguarda social.

²⁵ Tawain e Hong Kong – China, Cingapura – Malásia.

cultural com o Japão, o processo de incentivo à industrialização seletiva, que priorizava a indústria de bens de consumo que agregassem grande valor tecnológico, a opção pelo mercado externo, dadas as proporções que mostram a pouca possibilidade de aproveitamento do mercado interno devido ao seu número reduzido, a gradual abertura às importações, somente quando a indústria desses países já estava suficientemente desenvolvida para competir com a de outros países, isto é, no início da década de 1990, o estímulo à competitividade internacional de seus produtos, a integração desses países em um bloco informal, fruto da dinâmica comercial e dos elevados fluxos de investimento regionais.

Apesar das conturbações econômicas por que passaram os países do leste asiático no final da década de 1990, não há nenhum indicador de maior desaceleração ou quebra dos países, que, como a Coreia, experimentaram um desenvolvimento sustentado, modelando suas economias através de uma lógica globalizadora. Alguns críticos do desenvolvimento do leste asiático argumentam que esses países não conseguiram superar o seu subdesenvolvimento, pois fraquejaram frente à primeira crise cíclica internacional enfrentada por essas economias em sua fase considerada madura. Todavia, o que não foi posto em pauta é que, apesar de possuírem governos frágeis e um processo político pouco democrático, esses países conseguiram implementar níveis de desenvolvimento industrial em grande escala, superando em muito os níveis de crescimento latino-americanos, e estabeleceram um modelo de desenvolvimento diferente do latino e que, *a priori*, parece mais propenso e adaptável às vicissitudes de um mundo globalizado. Cabe aos teóricos latinos justamente buscar as similitudes e divergências entre os pensamentos econômicos latinos e asiáticos e buscar maneiras viáveis de desenvolvê-los tendo em vista a superação do subdesenvolvimento dependente, que corrói a sociedade e a economia dos países latino-americanos. Contudo, o que precisa ser analisado é que o contexto deve ter em vista não só o âmbito econômico, mas também o que concerne à sociedade em todos os seus aspectos, desenvolvendo uma metodologia que contextualize o subdesenvolvimento e o desenvolvimento de acordo com o processo de mutação que ocorre em âmbito global. Nesse contexto, podemos reconhecer um centro detentor da chamada tecnologia de ponta, uma semi-periferia alicerçada no subdesenvolvimento dependente, mas que busca alternativas para o seu desenvolvimento e ascensão (Leste da Ásia), e uma periferia marginalizada do processo de desenvolvimento mundial. O que nos cabe verificar é que a maioria dos países latinos encontra-se na camada semiperiférica e com poucas chances de ascender ao grupo dos países centrais. Porém, com o desenvolvimento dos países semiperiféricos durante a fase depressiva do ciclo de Kondratiev (1967-

1993), dentre os quais se destacam os países do leste asiático, surge um novo paradigma de desenvolvimento que foge da linha de pensamento da aceitação do subdesenvolvimento dependente e busca maneiras de desenvolver-se através do livre comércio, sem o estabelecimento de autarquias. O processo gerado no âmbito da Associação de Nações do Sudeste Asiático mostra a importância do fortalecimento regional através da perspectiva de complementaridade entre um país central plenamente desenvolvido e detentor de grande capacidade tecnológica, capaz de organizar o mercado consumidor local, e os países semiperiféricos que o rondam e o abastecem com insumos tecnológicos manufaturados, que agregam grande valor industrial. E que esse processo favoreça a troca de tecnologias para garantir a qualidade dos países abastecedores.

ABSTRACT

Initially, this article displays the historical context in which the theory of dependence was developed, considering a priori the reaction of the theory of development to the initial economic success of Soviet planned economy and the historic models of economic development followed by semi-peripheral countries, notably Latin American ones. The article also focuses on the theory of dependence as an analytical concept developed by Latin American scholars, aimed at showing the situation in which semi-peripheral countries subsist and their difficulties in reaching a mature development level. The context in which differences between the main subdivisions in the theory of dependence take place is also emphasized, with an explanation of the aspects in which they differ from the theory of development.

Keywords: Theory of dependence; Latin American countries; Theory of development.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEREIRA, L. C. Bresser. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- SANTOS, Theothônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- VASCONCELLOS, M. A. S.; GREMAUD, A. P.; JÚNIOR, R. Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.